

Icatu
SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ nº 42.283.770/0001-39

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3824-3900

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Icatu Seguros S.A., relativos aos exercícios findos em 31/12/2013 e de 2012. O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 632,6 milhões ao final do exercício de 2013, líquidos da distribuição de R\$ 150 milhões de dividendos no período. A soma dos resultados das operações de Seguros, Previdência Complementar e Resseguros alcançou R\$ 222,4 milhões, o que representa um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. Os indicadores operacionais de seguros apresentaram melhorias significativas. O índice combinado apresentou melhora de 4 pontos percentuais, saindo de 83% em 2012 para 79% em 2013 e o índice de sinistralidade apresentou uma queda de 9 pontos percentuais, saindo de 55% para 46% no mesmo período, dada a composição atual da carteira. As reservas técnicas de seguros, previdência complementar somaram R\$ 7,5 bilhões em 2013, 21% superiores ao mesmo período do ano anterior. O somatório do Faturamento (*) e Portabilidades de Entrada da Icatu Seguros S.A. foi de R\$ 2,9 bilhões, 16% maior quando comparado ao ano anterior. A captação líquida de previdência da Icatu Seguros S.A. cresceu 29%, enquanto o mercado apresentou uma retração em relação a 2012. As despesas administrativas se mantiveram sob controle,

apresentando queda em termos reais. O resultado financeiro foi inferior ao do exercício anterior, impactado principalmente pelo resultado de suas subsidiárias. A Icatu Seguros S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 101,8 milhões no exercício de 2013, comparado a R\$ 165,3 milhões em 2012. As reservas da Sociedade e suas controladas são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 464/2013 inclusive mantendo os títulos e valores mobiliários da categoria "mantidos até o vencimento". A Icatu Seguros S.A. e suas controladas mantêm sólida posição financeira, inclusive com ativos livres e excesso de capital regulatório. A Icatu Seguros S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer especialmente à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP e aos acionistas por todo apoio recebido. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014. **A Administração.**

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)			
	2013	2012	
		(Reclassificado)	
ATIVO			
CIRCULANTE	7.803.240	6.694.112	
Disponível	17.445	9.489	
Caixa e Bancos	17.445	9.489	
Aplicações (Nota 5.1)	7.546.689	6.486.953	
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	83.286	101.731	
Prêmios a Receber (Nota 7)	74.995	95.252	
Operações com Seguradoras	1.000	2.005	
Operações com Resseguradoras	7.291	4.474	
Créditos das Operações com Previdência Complementar	452	633	
Valores a Receber	452	633	
Outros Créditos Operacionais	39.824	40.966	
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas (Nota 14)	8.316	4.518	
Títulos e Créditos a Receber	34.173	24.654	
Títulos e Créditos a Receber	26.236	21.648	
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 8)	7.186	2.084	
Outros Créditos	751	922	
Outros Valores e Bens	38.869	-	
Bens à Venda (Nota 23)	38.869	-	
Despesas Antecipadas	9	67	
Custos de Aquisição Diferidos	34.177	25.101	
Seguros (Nota 12)	31.329	22.536	
Previdência (Nota 13)	2.848	2.565	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	601.797	693.269	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	356.646	338.637	
Aplicações (Nota 5.1)	144.914	139.627	
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	500	1.580	
Operações com Seguradoras	37	37	
Operações com Resseguradoras	463	1.543	
Títulos e Créditos a Receber	160.121	165.031	
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 8)	47.913	69.327	
Depósitos Judiciais e Fiscais (Nota 15.3)	112.208	95.704	
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	5	-	
Custos de Aquisição Diferidos	51.106	32.399	
Seguros (Nota 12)	35.129	17.407	
Previdência (Nota 13)	15.977	14.992	
Investimentos	205.993	319.009	
Participações Societárias (Nota 9)	205.901	318.917	
Outros investimentos	92	92	
Imobilizado	10.027	8.454	
Imóveis de Uso Próprio	89	89	
Bens Móveis	6.142	6.324	
Outras Imobilizações	3.796	2.041	
Intangível (Nota 10)	29.131	27.169	
Outros Intangíveis	29.131	27.169	
TOTAL DO ATIVO	8.405.037	7.387.381	
PASSIVO			
CIRCULANTE	744.556	748.349	
Contas a Pagar	95.446	108.776	
Obrigações a Pagar	74.667	86.254	
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	5.199	3.045	
Encargos Trabalhistas	5.832	5.118	
Impostos e Contribuições	1.177	5.657	
Outras Contas a Pagar	8.571	8.702	
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	46.068	83.579	
Prêmios a Restituir	741	1.808	
Operações com Seguradoras	5.532	1.709	
Operações com Resseguradoras	3.566	3.773	
Corretores de Seguros e Resseguros	35.843	30.020	
Outros Débitos Operacionais	386	46.269	
Débitos de Operações com Previdência Complementar	1.506	1.498	
Contribuições a Restituir	-	2	
Débitos de Resseguros	63	71	
Outros Débitos Operacionais	1.443	1.425	
Depósitos de Terceiros (Nota 11)	26.322	17.586	
Provisões Técnicas - Seguros (Nota 12)	528.409	496.795	
Pessoas	491.699	472.273	
Vida Individual	23.340	19.345	
Vida com Cobertura por Sobrevivência	13.370	5.177	
Provisões Técnicas - Previdência Complementar (Nota 13)	46.805	40.115	
Planos Não Bloqueados	35.573	33.713	
PGBL/PRGP	11.232	6.402	
NÃO CIRCULANTE	7.027.914	5.799.486	
Contas a Pagar	100.046	119.888	
Obrigações a Pagar	4.117	3.385	
Tributos Diferidos	296	31.160	
Outras Contas a Pagar (Nota 15.2)	95.633	85.343	
Provisões Técnicas - Seguros (Nota 12)	3.230.305	2.354.014	
Pessoas	51.032	16.988	
Vida Individual	858	990	
Vida com Cobertura por Sobrevivência	3.178.415	2.336.036	
Provisões Técnicas - Previdência Complementar (Nota 13)	3.682.204	3.309.889	
Planos Não Bloqueados	288.130	292.549	
PGBL/PRGP	3.394.074	3.017.340	
Outros Débitos	15.359	15.695	
Provisões Judiciais (Nota 15.1)	15.359	15.695	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	632.567	839.546	
Capital Social	300.398	300.398	
Aumento de Capital em Aprovação	44.602	-	
Reservas de Capital	35.577	35.577	
Reservas de Lucros	297.815	390.662	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(45.825)	112.909	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.405.037	7.387.381	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital			Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva de Ágio	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	300.398	-	-	-	-	-	-	653.835
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	35.508	-	35.508
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	35.103	-	35.103
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	165.340	165.340
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	8.267	-	-	(8.267)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	106.833	-	(106.833)	-
Dividendos declarados em RCA de 10/09/2012	-	-	-	-	-	-	(50.240)	(50.240)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	300.398	-	-	22.661	368.001	112.909	-	839.546
Dividendos declarados AGO de 28/03/2013	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)	(150.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(46.296)	-	(46.296)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	(112.438)	-	(112.438)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	101.755	101.755
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	5.088	-	-	(5.088)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	96.667	-	(96.667)	-
Aumento de Capital em Aprovação	-	44.602	-	-	(44.602)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	300.398	44.602	34.659	27.749	270.066	(45.825)	-	632.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Icatu Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Icatu Seguros S.A. tem como controladora direta e indireta a Icatu Holding S.A. Segue-se quadro acionário da Companhia:

	ON	PN	Total
Icatu Holding S.A.	43,32%	50,00%	44,21%
Icatu Assessoria Ltda	43,87%	30,64%	42,11%
Nalbraprar Ltda	10,38%	19,36%	11,58%
Pessoas Físicas	2,43%	0,00%	2,10%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão apresentadas em consonância com a Circular SUSEP nº 464/2013, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 464, de 01/03/2013, revogou a Circular SUSEP nº 430, de 05/03/2012, e trouxe as seguintes mudanças: a) Alterações no plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas, além de alterar as determinadas informações a serem divulgadas nas demonstrações financeiras. b) No § 1º do art. 8º, tem a mudança no registro da receita para os produtos de risco, que passou a ser a emissão da apólice/certificado/endosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. A Administração da Companhia avaliou que as alterações não impactaram o resultado do exercício de 2013, uma vez que a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) foi constituída na mesma proporção que os Prêmios Emitidos nesse caso. Quanto à reclassificação do exercício findo em 31/12/2012, consideramos que os valores em questão são imateriais. c) Criação de contas reductoras no passivo circulante para o registro das antecipações de imposto de renda e contribuição social corrente, que anteriormente eram registradas no ativo circulante e reclassificação do IR e CSLL diferidos do passivo circulante para o passivo não circulante. Para fins de comparabilidade, os saldos das antecipações de imposto de renda, contribuição social e IR e CSLL diferidos em 31/12/2012 foram reclassificados, e estão demonstrados a seguir:

	Publicado 31/12/2012	Ajustes (31.440)	Reclassificado 31/12/2012
BALANÇO PATRIMONIAL	6.725.552	(31.440)	6.694.112
ATIVO CIRCULANTE	7.418.821	(31.440)	7.387.381
Títulos e Créditos a Receber	56.094	-	24.654
Créditos Tributários e Previdenciários	33.524	(31.440)	2.084
ATIVO NÃO CIRCULANTE	693.269	-	693.269
TOTAL DO ATIVO	7.418.821	(31.440)	7.387.381
PASSIVO CIRCULANTE	810.949	(62.600)	748.349
Contas a Pagar	171.376	(62.600)	108.776
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	22.520	(19.475)	3.045
Impostos e Contribuições	48.782	(43.125)	5.657
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.768.326	31.160	5.799.486
Contas a Pagar	88.728	31.160	119.888
Tributos Diferidos	-	31.160	31.160
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	839.546	-	839.546
TOTAL DO PASSIVO	7.418.821	(31.440)	7.387.381

d) Em 31/12/2012 foram eliminadas das demonstrações do fluxo de caixa as linhas de Cisão Parcial - Transferências de ativos e passivos e efeitos da Cisão Parcial por se entender que tais valores não são provenientes de caixa. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26/02/2014. **2.2 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os Ativos e Passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda". **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstra-

ções financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Uso de Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.1(c)); • Provisões Técnicas (vide nota 3.6); • Aplicações Financeiras (vide nota 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota 8); e • Provisões Judiciais (vide nota 15.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As práticas mais relevantes adotadas são: **3.1 Instrumentos Financeiros - a) Caixa e Equivalentes de Caixa Disponível:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **b) Instrumentos Financeiros não Derivativos - Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (ii) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a intenção de negociação. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (iii) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (iv) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável:** c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida em grupo e individual, acidentes pessoais e prestamistas baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Com base neste estudo foi efetuada provisão de 89,55% das faturas vencidas há mais de 60 dias (vide Nota 7.2). c.2) Ativos Não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2013	2012
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	174	

Icatu
SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ nº 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3824-3900

prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro. A composição das provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar encontra-se nas Notas Explicativas 12 e 13. A Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, alterou a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas. Dentre elas, as provisões de oscilação de riscos (POR), de oscilação financeira (POF), a complementar de contribuições/prêmios (PCC/PCP), e o excedente ao valor do Teste de Adequação de Passivos (TAP), apurado na data-base de 31/12/2012, da Provisão de Insuficiência de Contribuições/Prêmios (PIC/PIP), que foram transferidas para outras provisões técnicas (OPT) e revertidas no exercício de 2013. Adicionalmente, a Circular SUSEP nº 462, alterou a provisão de riscos não expirados que passou a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), a Provisão de Benefícios a Regularizar que passou a compor a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), e a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) que passou a compor a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) com as devidas adequações. Posteriormente, a Circular SUSEP nº 469, de 19/06/2013 alterou a definição da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). **3.6.1 Provisões Técnicas – Seguros e Previdência Complementar - 3.6.1.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos:** As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB. As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.6.1.2 Provisão de Sinistros a Liquidar:** As provisões de sinistros a liquidar, contabilizadas no passivo circulante, correspondem ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de custos de resseguro, brutos de resseguros a recuperar e custos de resseguro, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data do balanço. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, a baixa das reservas técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. E efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor do pagamento do sinistro, considerando o histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. As provisões de sinistros a recuperar, contabilizadas no ativo circulante, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **3.6.1.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados:** A provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, sendo que: (i) para os ramos de seguros de pessoas, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não avisados, adicionada das despesas de regulação. Esta provisão é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 60 meses. (ii) para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica significativa, a provisão de eventos ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 448, de 04/09/2012, sobre o somatório das contribuições e sobre o somatório dos benefícios pagos nos últimos 12 meses, seguindo os demais critérios definidos na referida Circular. **3.6.1.4 Provisão de Prêmios não Ganhos:** A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela dos prêmios e contribuições emitidos, pelo método *pro rata die*, correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos, contemplando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão de prêmios. **3.6.1.5 Provisão de Riscos não Expirados:** A provisão de riscos não expirados foi constituída pela parcela das contribuições emitidas dos riscos de previdência complementar aberta e dos prêmios emitidos de seguro de vida individual, líquidos de carregamento, pelo método *pro rata die*, correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos, contemplando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão das contribuições e dos prêmios. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), com as devidas adequações, passando a considerar as contribuições e/ou prêmios brutos de carregamento. **3.6.1.6 Provisão de Insuficiência de Contribuições/Prêmios:** Em 31/12/2012 a provisão de insuficiência de contribuições/prêmios (PIC) foi constituída para fazer face à tendência de maior sobrevida dos participantes/ressegurados para os planos de previdência complementar aberta e seguros de vida individual que concedem benefício por sobrevivência e corresponde à diferença entre a expectativa de vida da tábua biométrica aprovada nos planos e seguros e a expectativa de vida da tábua AT-2000 Male ou AT-2000 Female. Nesse cálculo foram consideradas premissas de persistência e de conversão em renda e a taxa de juros aprovada nos planos. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, o saldo da PIC excedente ao valor do Teste de Adequação de Passivos, apurado na data-base de 31/12/2012, foi transferido para outras provisões técnicas (OPT). **3.6.1.7 Provisão de Oscilação de Riscos:** Em 31/12/2012 a provisão de oscilação de riscos (POR) foi constituída para cobrir eventuais desvios nos compromissos esperados nos planos de previdência complementar aberta e seguros de vida individual e foi determinada com base na experiência de morte e invalidez, e observação estatística da respectiva sinistralidade e seus desvios, apurando-se o número de segurados expostos ao risco na data base do cálculo, os valores de indenização média e o número de sinistros ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, o saldo da POR foi transferido para outras provisões técnicas (OPT). **3.6.1.8 Provisão de Excedente Financeiro:** A provisão de excedente financeiro corresponde a um percentual dos resultados financeiros sobre o valor do rendimento que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros. **3.6.1.9 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** A provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade/seguradora receptora e as contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base do balanço. **3.6.1.10 Provisão para Despesas Administrativas:** A provisão para despesas administrativas é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios, previstos no plano de previdência complementar aberta e seguros de vida individual, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial em cada plano. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, o saldo da PDA foi transferido para Provisões de Despesas Relacionadas (PDR). **3.6.1.11 Provisão de Oscilação Financeira:** Em 31/12/2012 a provisão de oscilação financeira (POF) foi constituída para alguns assistidos em gozo de benefício de renda por sobrevivência de planos do tipo PGBL que possuam percentual de reversão de excedente financeiro inferior a 100%. Esse valor apurado era calculado mensalmente pela diferença entre o saldo do fundo de investimento onde os recursos estavam aplicados e a soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos com a Provisão de Excedente Financeiro constituídas para cada assistido. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, o saldo da POF foi transferido para outras provisões técnicas (OPT). **3.6.1.12 Provisão Complementar de Prêmios:** Em 31/12/2012 a provisão complementar de prêmios (PCP) era estimada mensalmente por ramo para complementar a Provisão de Prêmios não Ganhos. O cálculo era efetuado pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e obtendo-se a diferença, se positiva, entre a média dos valores apurados, diariamente, para a Provisão de Prêmios não Ganhos no mês de constituição e a Provisão de Prêmios não Ganhos constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, o saldo da PCP foi transferido para outras provisões técnicas (OPT). **3.6.1.13 Provisão Complementar de Contribuições:** Em 31/12/2012 a provisão complementar de contribuições (PCC) era estimada mensalmente por produto para complementar a Provisão de Riscos não Expirados. O cálculo era efetuado pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio emitido líquido de carregamento, e obtendo-se a diferença, se positiva, entre a média dos valores apurados, diariamente, para a Provisão de Riscos não Expirados no mês de constituição e a Provisão de Riscos não Expirados constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, o saldo da PCC foi transferido para outras provisões técnicas (OPT). **3.6.1.14 Outras Provisões Técnicas:** Esta provisão foi constituída conforme Circular SUSEP nº 462, de 31/01/2013, com os valores oriundos da Provisão Complementar de Prêmios/Contribuições (PCC/PCP), Provisão de Oscilação de Riscos (POR), Provisão de Oscilação Financeira (POF) e o valor da soma das Provisões de Insuficiência de Contribuições/Prêmios que excedeu o valor do Teste de Adequação de Passivos apurado na data-base de 31/12/2012. A Companhia efetuou a reversão integral da OPT na competência de junho de 2013. **3.6.1.15 Provisão de Despesas Relacionadas:** Esta provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas ao pagamento de sinistros/benefícios. A PDR inclui também os valores que, anteriormente, eram constituídos na Provisão para Despesas Administrativas (PDA). **3.6.1.16 Provisão de Excedente Técnico:** A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na aplicação do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **3.6.1.17 Teste de Adequação dos Passivos:** O CPC 11 requer que as entidades que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação. Em 14/12/2012, a Superintendência de Seguros Privados tomou pública a Circular SUSEP nº 457, que institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras e procedimentos para sua realização, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais e que revogou a Circular SUSEP nº 410, de 22/12/2010. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, em 31/12/2013, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribui-

ções futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizados as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2010-m e BR-EMSSb-V.2010-f. Consideramos saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciação pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP e deste montante foi utilizada a faculdade permitida no §3º do art. 8º da Circular SUSEP nº 457, que consiste em deduzir a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento". De acordo com o demonstrativo abaixo, o resultado do TAP foi nulo.

	R\$ mil
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	336.350
Provisões Técnicas na data base (*)	(326.701)
Resultado do TAP	9.649
Valor contábil dos "títulos mantidos até o vencimento"	140.180
Valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(186.560)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	(46.380)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos "títulos mantidos até o vencimento"	-

(*) Referente aos produtos estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB – Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Misto e para os benefícios já concedidos. Conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Circular 457, o saldo contábil das provisões técnicas acrescido do efeito monetário da aplicação da faculdade prevista no parágrafo 3º do art. 8º, para efeito de vinculação de ativos em cobertura, corresponde a R\$ 336.350. Os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL) e os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo não apresentam insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.6.1.18 Contratos de Seguro: Um Contrato de Seguro, de acordo com o CPC 11, é aquele pelo qual uma parte (o segurador) aceita um risco significativo de seguro de outra parte (o segurado) ao concordar em compensar o segurado ou outro beneficiário se um acontecimento incerto futuro especificado (o evento segurado) afetar o segurado adversamente. A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro" de acordo com os preceitos contidos no CPC 11. **3.7 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre a provável saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As provisões de natureza trabalhista, fiscal e cível, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações obtidas através do departamento jurídico interno e dos consultores legais independentes. Os valores estimados de perda prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. A composição das provisões judiciais e fiscais, bem como dos depósitos judiciais e fiscais, encontra-se na Nota Explicativa 15. **3.8 Resultado:** Os prêmios de seguros e custos de comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em resseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e somente repassados à Companhia pelo seu valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% do resultado a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. As operações de resseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período. **3.9 Benefícios a Empregados - 3.9.1 Obrigações por aposentadorias:** Plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Icatu FMP – Icatu Fundo Multiparticipaciona, e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos em que os serviços são prestados pelos empregados. **3.9.2 Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.10 Impostos e Contribuições - 3.10.1 Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. **3.10.2 Impostos Diferidos:** Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento do balanço, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável.

4. GESTÃO DE RISCO
O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera, a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de *Compliance* e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. **4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos - Principais riscos associados a instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **Risco de crédito; Risco de mercado; e Risco de liquidez.** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Risco de Crédito** – O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos a emissores privados principalmente aqueles relativos às aplicações financeiras. Aplicações Financeiras - Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o rating atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de rating é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. O risco soberano do Governo brasileiro representa o menor risco de crédito em moeda local, o que corresponde à nota AAA na escala nacional, e está relacionado às emissões locais em reais de títulos públicos federais apresentados na carteira de investimentos da Companhia. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de rating Standard and Poor's, Fitch e Moody's:

	Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA	94.006	2.686	-	304.843	6.282	105.853	-	513.670
AA+	168.740	19.368	-	116.905	-	-	-	305.013
AA	85.797	1.283	-	28.831	10.408	4.027	-	130.346
AA-	91.267	43.670	-	14.539	-	842	-	150.318
A+	33.324	35.946	8.000	18.491	-	-	-	95.761
A	91.482	5.334	-	-	-	91	-	96.907
A-	14.740	-	-	-	-	10.124	-	24.864
BBB+	4.486	-	-	-	-	-	-	4.486
BBB	402	7.171	6.176	8.962	-	-	-	22.711
BBB-	7	-	1.945	-	-	-	-	1.952
BB+	-	24	6.454	-	-	-	-	6.478
BB	6.641	-	5.552	-	-	-	-	12.193
TOTAL	590.892	115.482	28.127	492.571	16.690	120.937	-	1.364.699

	Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA	121.344	12.324	-	266.945	14.259	62.886	-	477.758
AA+	148.779	22.667	1.277	104.974	-	28.511	-	306.208
AA	66.633	3.522	-	-	1.244	1.822	-	73.221
AA-	92.719	5.199	-	6.061	2.744	2.240	-	108.963
A+	35.338	28.381	-	11.985	-	-	-	75.704
A	24.256	15.633	-	-	-	2.225	-	42.114
A-	12.179	6.202	-	-	-	12.309	-	30.690
BBB+	1.507	13.892	4.691	-	-	-	-	20.990
BBB	-	5.060	-	-	-	-	-	5.060
BB+	-	6.449	-	-	-	-	-	6.449
BB	2.082	-	-	-	-	-	-	2.082
BB-	-	-	5.419	-	-	-	-	5.419
B+	521	-	-	-	-	-	-	521
TOTAL	505.358	119.329	11.387	389.965	18.247	109.993	-	1.154.279

Risco de Mercado - É o risco de o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. Fundamentalmente: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do *Value at Risk (VaR)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de *VaR* tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accure Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras: A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) o *Value at Risk (VaR)* paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e *lambda* de 0,94. (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em uma *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia *VaR* paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	Fatores de	31/12/2013			31/12/2012		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição	
Préfixado - DI	312	382	5.211.563	147	103	4.001.595	
IGPM	372	3.036	654.353	519	7.383	749.178	
IPCA	834	8.025	1.350.238	1.046	4.852	1.418.191	
Ações	-	7.285	475.449	-	10.108	457.616	
TOTAL	18.728	7.691.603	22.446	6.626.580			

Risco de Liquidez - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e Bancos	17.445	-	17.445
Aplicações	2.598.720	5.092.883	7.691.603
Créditos das Operações	83.738	500	84.238
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.316	-	8.316
Títulos e Créditos a Receber	34.173	112.208	146.381
Outros Valores e Bens	38.869	-	38.869
Total do Ativo	2.781.261	5.205.591	7.986.852

	31/12/2012		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Provisões Técnicas	575.214	6.912.509	7.487.723
Contas a Pagar	95.446	99.750	195.196
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	46.068	-	46.068
Débitos de Operações com Previdência Complementar	1.506	-	1.506
Depósitos de Terceiros	26.322	-	26.322
Total do Passivo	744.556	7.012.259	7.756.815

	31/12/2012		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e Bancos	9.489	-	9.489
Aplicações	2.639.143	3.987.437	6.

Icatu
SEGUROS
ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ nº 42.283.770/0001-39

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3824-3900
8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Diferido	-	-	29.946	43.329
Diferenças Temporárias	-	-	29.946	43.329
Contribuição Social Diferida	-	-	17.967	25.998
Diferenças Temporárias	-	-	17.967	25.998
Impostos a Recuperar	7.186	2.084	-	-
Imposto de Renda	5.167	-	-	-
Contribuição Social	1.652	-	-	-
COFINS	100	1.590	-	-
PIS	10	329	-	-
Outros	257	165	-	-
	7.186	2.084	47.913	69.327

Conforme mencionado na nota 2.1, com a publicação da Circular SUSEP 464, em março de 2013, foram criadas contas redutoras no passivo circulante para registro das antecipações de imposto de renda e contribuição social corrente, sendo assim, os montantes de R\$ 23.362 e R\$ 8.078, respectivamente imposto de renda e contribuição social, apresentados em 31 de dezembro de 2012, foram reclassificados para o passivo circulante. O valor da antecipação de imposto de renda e contribuição social recolhido a maior do que o apurado no período, fica registrado no ativo circulante na conta Créditos Tributários e Previdenciários. Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não

9. INVESTIMENTOS

Os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações		Quantidade de Cotas	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN						31/12/2013	31/12/2012		
Icatu Capitalização S.A. (ii)	376.127.276	41.866.948	-	100,00%	46.151	63.211	6.910	63.211	110.114	6.911	102.829
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência	468	468	-	100,00%	58.052	21.552	1.182	21.553	12.371	1.182	520
Braslicap Capitalização S.A.	54.010.798	-	-	16,67%	79.054	302.661	132.271	44.933	39.240	22.050	27.234
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	-	-	13.742.606	99,98%	19.245	7.624	(900)	7.622	3.023	(900)	(2.776)
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (i)	-	-	-	0,00%	158	23.933	-	-	-	-	3.643
Icatu Consultoria Ltda.	-	-	49.056	100,00%	521	1.014	406	1.014	744	406	70
BMG Seguradora S.A. (iii)	-	-	-	-	-	-	531	-	30.000	561	287
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT [a] e [b]	240.858	-	-	1,79%	15.000	22.336	873	273	233	6	7
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	-	100,00%	3.699	8.112	775	8.111	7.344	775	(70)
Caixa Capitalização S.A. (iii)	1.958	-	-	24,50%	180.000	241.131	160.100	59.077	107.070	39.224	6.167
Total das Participações Acionárias	-	-	-	-	-	-	-	205.794	310.139	70.215	137.911
Ágio na aquisição da BMG Seguradora S.A. (iii)	-	-	-	-	-	-	-	-	8.671	-	-
Outros investimentos [b]	-	-	-	-	-	-	-	-	107	107	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	994	994	-
(-) Provisão para Desvalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	(994)	(994)	-
Total de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	205.901	318.917	70.215	137.911

[a] Valores de Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do exercício com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e de 2012. [b] Avaliados pelo custo. (i) A participação de 99,99% na investida Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda. foi vendida pelo valor contábil, em setembro de 2012, para as empresas Nalbrap Ltda. e Icatu Assessoria Ltda., acionistas da Companhia. O valor do investimento na data da venda era de R\$ 27.574. (ii) Em 2012 ocorreu o processo de cisão parcial da investida Icatu Capitalização, com transferência de ativos e seus passivos correspondentes para a Companhia, no montante de R\$ 233.520, correspondente ao acervo líquido vertido. Parte dos ativos que foram transferidos através da cisão são as participações no capital social das empresas Vanguarda Cia. de Seg. Gerais, Icatu Consultoria Ltda., Icatu Hartford S.A. de Capitalização e Ahorro e Caixa Capitalização S.A. (iii) Em 17/06/2013, a Icatu Seguros assinou contrato de venda dos 49% de sua participação na BMG Seguradora S.A. e o saldo do investimento foi transferido para a rubrica de bens à venda. Em 27/01/2014 foi assinado o Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda das ações da BMG Seguradora S.A., consumando assim a venda do referido investimento (Nota 23). Para o cálculo do investimento pelo método de equivalência patrimonial foram utilizadas as respectivas demonstrações financeiras das investidas nas datas base de 31/12/2013 e de 2012.

Apresentamos, a seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

	31/12/2013						Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Ágio	Adições	Baixas/Transfe-rências	Divi-dendos/JCSP	Ajuste TVM	
Icatu Capitalização S.A.	110.114	-	20.000	-	(9.857)	(63.957)	63.211
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	7.344	-	-	-	(8)	-	8.111
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência	12.371	-	8.000	-	-	-	21.553
Braslicap Capitalização S.A.	39.240	-	-	-	(16.357)	-	22.050
Caixa Capitalização S.A.	107.070	-	-	-	(38.737)	(48.481)	39.224
BMG Seguradora S.A. [b]	38.671	-	(38.869)	-	(62)	-	260
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	3.023	-	5.499	-	-	(900)	7.622
Icatu Consultoria Ltda.	744	-	-	-	(136)	-	406
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	233	-	48	(8)	-	-	273
Outros investimentos	107	-	-	-	-	-	107
Total	318.917	33.547	(38.877)	(65.156)	(112.437)	69.908	205.901

	31/12/2012						Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Ágio	Adições	Baixas/Transfe-rências	Divi-dendos/JCSP	Ajuste TVM	
Icatu Capitalização S.A.	205.081	-	-	(233.520)	-	35.724	102.829
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais [a]	-	-	7.524	-	(110)	-	7.344
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência	11.851	-	-	-	-	-	12.371
Braslicap Capitalização S.A.	40.626	-	-	(28.620)	-	-	39.240
Caixa Capitalização S.A. [a]	-	-	103.068	-	(1.544)	(621)	107.070
BMG Seguradora S.A.	-	-	8.671	29.907	(194)	-	38.671
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	3.299	-	2.500	-	-	(2.776)	3.023
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.	23.931	-	-	(27.574)	-	-	3.643
Icatu Consultoria Ltda. [a]	19	-	716	-	(61)	-	744
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	239	-	-	(6)	-	-	233
Outros investimentos. [a]	-	-	107	-	-	-	107
Total	285.046	8.671	143.822	(261.100)	(30.529)	35.103	137.904

[a] Participações acionárias incorporadas com a cisão da Icatu Capitalização S.A. [b] Reclassificado para o circulante na rubrica "Bens à venda" em "Outros Valores e Bens" (Nota 9)

10. INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados para uso interno, e estão classificados como softwares, projetos e marcas e patentes. Em 31/12/2013 o custo de aquisição, líquido da amortização acumulada, é de R\$ 29.131 (R\$ 27.169 em 31/12/2012).

11. DEPOSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
1 até 30 dias	11.175	9.735
31 até 60 dias	6.409	969
61 até 120 dias	5.983	1.113
121 até 180 dias	1.435	918
181 até 365 dias	545	4.654
mais de 365 dias	775	197
Total	26.322	17.586

12. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, por ramo, estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2013			
	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Circulante				
Prêmios não Ganhos	41.599	2.660	-	44.259
Prêmios não Ganhos - RVNE	18.564	100	-	18.664
Sinistros a Liquidar	194.393	447	13	194.853
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	197.074	-	-	197.074
Benefícios Concedidos	-	24	912	936
Eventos Ocorridos mas não Avisados	-	6.540	-	6.540
Benefícios a Regularizar	-	2.617	-	2.617
Provisão de Despesas Relacionadas	623	-	-	623
Excedente Técnico	39.446	-	-	39.446
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	10.952	12.445	23.397
	491.699	23.340	13.370	528.409
Não Circulante				
Prêmios não Ganhos	48.676	-	-	48.676
Benefícios a Conceder	-	668	3.171.181	3.171.849
Benefícios Concedidos	-	180	7.227	7.407
Provisão para Despesas Administrativas	-	10	7	17
Excedente Técnico	2.356	-	-	2.356
	51.032	858	3.178.415	3.230.305

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2012			
	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Circulante				
Prêmios não Ganhos	24.188	-	-	24.188
Prêmios não Ganhos - RVNE	17.154	-	-	17.154
Sinistros a Liquidar	170.990	-	-	170.990
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	252.213	-	-	252.213
Benefícios Concedidos	-	24	789	813
Riscos não Expirados	-	475	-	475
Oscilação de Riscos	-	718	-	718
Eventos Ocorridos mas não Avisados	-	4.907	-	4.907
Benefícios a Regularizar	-	2.617	-	2.617
Provisão Complementar de Prêmios	7.056	17	-	7.073
Provisão para Despesas Administrativas	672	-	-	672
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	10.587	4.388	14.975
	472.273	19.345	5.177	496.795
Não Circulante				
Prêmios não Ganhos	16.988	-	-	16.988
Benefícios a Conceder	-	754	2.329.485	2.330.239
Benefícios Concedidos	-	188	6.545	6.733
Insuficiência de Prêmios	-	37	-	37
Provisão para Despesas Administrativas	-	11	6	17
	16.988	990	2.336.036	2.354.014

circulante, nos montantes de R\$ 29.946 e R\$ 17.967 (R\$ 43.329 e R\$ 25.998 em 31 de dezembro de 2012), sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, mesmo considerando o histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, suficientemente capazes de permitir sua realização.

	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças Temporárias		
Imposto de Renda / Contribuição Social		
Contingências Trabalhistas	3.191	3.763
Contingências Cíveis	11.953	11.717
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	8.112	9.544
Contingências Fiscais	215	215
Participações resultadas - PLR	13.944	24.069
Provisão Excedente Técnico	8.734	54.809
Outras provisões - Ágio	13.708	10.878
Fundo de Marketing	1.268	1.518
Outras Receitas (Atualização depósito judicial)	(23.142)	(16.459)
Cofins Exibilidade Suspensa	61.261	54.369
Pis Exibilidade Suspensa	20.539	18.894
Total das Diferenças Temporárias	119.783	173.317
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	29.946	43.329
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	17.967	25.998

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2012		Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2013
	Circulante	Não Circulante				
Prêmios não Ganhos [a]	24.188	16.988	25.628	(5.557)	-	44.259
Prêmios não Ganhos - RVNE [a]	17.154	16.988	19.960	(18.450)	-	18.664
Sinistros a Liquidar	170.990	204.145	204.145	(216.465)	36.183	194.853
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	252.213	215.554	215.554	(271.634)	941	197.074
Benefícios Concedidos	813	150	150	(88)	61	936
Riscos não Expirados [a]	475	71	71	(546)	-	-
Riscos não Expirados - RVNE [a]	-	69	69	(69)	-	-
Oscilação de Riscos [b]	718	3	3	(721)	-	-
Eventos Ocorridos mas não Avisados	4.907	8.373	8.373	(7.077)	337	6.540
Benefícios a Regularizar	2.617	-	-	-	-	2.617
Provisão Complementar de Prêmios [b]	7.073	700	700	(7.773)	-	-
Provisão para Despesas Administrativas [c]	672	-	-	(672)	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas	-	1.353	-	(392)	(338)	623
Excedente Técnico [d]	-	39.446	-	-	-	39.446
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	14.975	128.494	-	(120.361)	289	23.397
	496.795	643.946	643.946	(649.805)	37.473	528.409

Icatu
SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ nº 42.283.770/0001-39

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3824-3900

NÃO CIRCULANTE					
Benefícios a Conceder	3.210.464	716.769	(358.150)	31.241	3.600.324
Benefícios Concedidos	65.227	6.306	(4.444)	6.708	73.797
Insuficiência de Contribuição [c]	26.189	5.103	(1.265)	(30.027)	-
Excedente Financeiro	7.371	31	(481)	435	7.356
Provisão para Despesas Administrativas [d]	638	120	(758)	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas [d]	-	753	(26)	-	727
	3.309.889	729.082	(365.124)	8.357	3.682.204

Conforme Circular SUSEP N°462 de 31/01/2013: [a] Os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) com as devidas adequações. [b] Os saldos destas provisões foram transferidos para Outras provisões Técnicas (OPT) e revertidos no mesmo exercício. [c] O saldo da Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) que excede o valor do TAP de 31/12/2012 foi transferido para Outras Provisões Técnicas (OPT). O saldo remanescente registrado na PIC foi revertido em função da abertura da curva de juros, conforme lançamento de atualização monetária. [d] Os valores desta provisão passaram a compor a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).

PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA					
	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2012
Circulante					
Riscos não Expirados	64	30	(24)	-	70
Riscos não Expirados - RVNR	21	42	(56)	-	7
Oscilação de Riscos	147	23	(78)	-	92
Benefícios Concedidos	7.433	984	(577)	855	8.695
Benefícios a Regularizar	998	1.186	(1.851)	247	580
Excedente Financeiro	39	5	-	(11)	33
Oscilação Financeira	-	8	(7)	9	10
Eventos Ocorridos mas não Avisados	1.266	294	(1.040)	-	520
Provisão Complementar de Contribuição	18	54	(36)	-	36
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	28.532	16.629	(16.551)	1.462	30.072
	38.518	19.255	(20.220)	2.562	40.115

NÃO CIRCULANTE					
Benefícios a Conceder	2.664.786	250.661	(12.233)	307.250	3.210.464
Benefícios Concedidos	55.786	7.554	(4.684)	6.571	65.227
Insuficiência de Contribuição	13.807	13.167	(2.368)	1.583	26.189
Excedente Financeiro	7.267	59	(384)	429	7.371
Provisão para Despesas Administrativas	618	117	(97)	-	638
	2.742.264	271.558	(19.766)	315.833	3.309.889

CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA					
	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Amortizações	Saldos em 31/12/2013	
Circulante	2.565	388	(105)	2.848	
Não Circulante	14.992	2.398	(1.413)	15.977	
	17.557	2.786	(1.518)	18.825	

CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA					
	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Amortizações	Saldos em 31/12/2012	
Circulante	3.728	408	(1.571)	2.565	
Não Circulante	10.760	4.501	(2.69)	14.992	
	14.488	4.909	(1.840)	17.557	

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da alteração dos cenários estimados:

Acumulação/Sobrevivência: Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido					
		31/12/2013		31/12/2012	
		Bruto de Resseguro	de Resseguro	Bruto de Resseguro	de Resseguro
VARIÁVEL	Premissas				
Conversão em Renda	Aumento de 5% na Premissa de Conversão em Renda	-	-	(4.870)	(4.870)
Conversão em Renda	Redução de 5% na Premissa de Conversão em Renda	-	-	4.235	4.235
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	-	-	(34.981)	(34.981)
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	-	-	24.857	24.857
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	(3.379)	(3.379)
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	3.612	3.612
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	(4.138)	(4.138)
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	-	-	3.829	3.829
A Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ, calculada e disponibilizada pela SUSEP, é utilizada para descontar os fluxos de caixa apurados por meio do Teste de Adequação de Passivo - TAP. Tendo em vista a elevação das taxas de juros no exercício de 2013, o valor presente dos referidos fluxos ficou inferior aos valores já constituídos para cobertura das obrigações, não gerando necessidade de ajustes de provisão e/ou constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, conforme demonstrado na nota 3.6.1.17. Sendo assim, o valor constituído em 31/12/2012 foi revertido no semestre findo em 30/06/2013. Adicionalmente, nenhum dos testes de sensibilidade apresentados acima, para 31/12/2013, reproduziam impacto no resultado e no patrimônio líquido a partir do cenário base da taxa de desconto (ETTJ) vigente.					

14. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência
Exclusão:
Provisões Técnicas - Resseguros (8.316) (4.518)
Total a ser Coberto **7.479.407** **6.196.295**

Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas					
Certificado de Recibo Imobiliário	689				
Debêntures	8.337			4.421	
Letras Financeiras do Tesouro	5.924			-	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	7.092.019			5.967.693	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	372.438			222.937	
Total dos Ativos Vinculados	7.479.407			6.196.295	
Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva					
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	5.399			1.866	
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	187.214			381.485	
Certificado de Recibo Imobiliário	10.409			11.477	
Debêntures	4.443			9.714	
Letras Financeiras	-			16.702	
Total	207.465			421.244	

Ativos Bloqueio Judicial					
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	1.259			5.557	
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	3.472			3.484	
	4.731			9.041	
Total de Aplicações	7.691.603			6.626.580	

15. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

15.1 Provisões Judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores e às recusas técnicas de indenizações de sinistros e benefícios de seguros, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamento de tributos, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios					
		31/12/2013		31/12/2012	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisão (*)	Quantidade	Valor Estimado do Risco
Provável	744	77.177	76.847	734	72.176
Possível	864	86.757	-	863	72.963
Remota	229	20.651	-	162	18.980
Total	1.837	184.585	76.847	1.759	164.119

Causas Cíveis - Não Relacionadas a Sinistros/Benefícios					
		31/12/2013		31/12/2012	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisão (*)	Quantidade	Valor Estimado do Risco
Provável	704	11.968	11.953	692	11.719
Possível	675	58.097	-	515	46.199
Remota	90	11.773	-	49	9.230
Total	1.469	81.838	11.953	1.256	67.148

Causas Trabalhistas					
		31/12/2013		31/12/2012	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisão (*)	Quantidade	Valor Estimado do Risco
Provável	21	3.191	3.191	25	3.763
Possível	36	1.666	-	27	1.928
Remota	17	1.320	-	15	772
Total	74	6.177	3.191	67	6.463

Causas Fiscais					
		31/12/2013		31/12/2012	
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisão (*)	Quantidade	Valor Estimado do Risco
Provável	4	216	215	3	215
Possível	65	28.476	-	57	24.499
Remota	3	1.591	-	3	1.475
Total	72	30.283	215	63	26.189

* O valor provisionado das causas cíveis com probabilidade de perda provável difere do valor estimado do risco devido a pagamentos parciais efetuados.

Saldos em 31 de dezembro de 2011					
Causas Adicionais	78.872			5.330	31
Causas Baixadas	12.052			-	-
Causas Ajustadas (*)	(33.437)			(1.239)	(15)
	26.406			(328)	199
Saldos em 31 de dezembro de 2012	83.893			3.763	215
Causas Adicionais	10.478			-	-
Causas Baixadas	(38.248)			(283)	-
Causas Ajustadas (*)	32.677			(289)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	88.800			3.191	215

(*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária. A Companhia apresenta depósitos judiciais relacionados a causas com probabilidade de perda provável conforme demonstramos abaixo:

		31/12/2013		31/12/2012	
Cíveis	8.455			8.299	
Trabalhistas	1.788			1.356	
Fiscais	13.350			12.751	
	23.593			22.406	

15.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como se segue:

		Saldo em 31/12/2011		Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2012		Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2013	
Contribuição social	5.420	5.871	789	12.080	724	1.030	13.834				
COFINS	49.580	2.928	1.861	54.369	3.730	3.161	61.260				
PIS	8.057	3.962	6.875	18.934	6.06	1.039	20.539				
Depósitos judiciais fiscais	63.057	12.761	9.525	85.343	5.060	5.230	95.633				

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais.

No mandato de segurança 200851010280294 a Companhia questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandato de segurança tem a probabilidade de perda possível e recebe depósitos judiciais mensais referentes à diferença das alíquotas. O total de tais depósitos corresponde ao valor atualizado de R\$ 17.224 (R\$ 13.637 em 2012). Processo em segunda instância. A Companhia mantém obrigação legal no montante de R\$ 13.384 (R\$ 12.080 em 2012), que corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. A Companhia pleiteia no mandato de segurança 200551010115038 a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº 9.718/98. A perda avaliada é possível. Os tributos se tornaram exigíveis após o recebimento de avisos de

cobrança da Receita Federal do Brasil e da revogação da decisão judicial favorável que suspendia a exigibilidade dos tributos sem depósito. Em consequência, a Companhia efetuou depósito judicial dos valores vencidos que, atualizados, correspondem a R\$ 8.649 (R\$ 7.438 em 2012) e a R\$ 53.628 (R\$ 46.073 em 2012). Em 2011 foi necessária a impetração do mandato de segurança 201151010033083 para obtenção da CND - Certidão Negativa de Débitos. O Recurso Especial interposto pela Companhia na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. Matéria em discussão no STF e STJ. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 9.956 (R\$ 8.835 em 2012), R\$ 61.260 (R\$ 54.369 em 2012), referente ao PIS e a COFINS, respectivamente, registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. As ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615 propostas pela Companhia questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas pela Empresa no período de junho de 1994 até julho de 1995, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados como de perda provável. Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia correspondem ao valor atualizado de R\$ 7.706 (R\$ 7.284 em 2012). Matéria em discussão no STF. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 6.041 (R\$ 5.693 em 2012), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante. No mandato de segurança 9800222316 a Companhia discute o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais auferidas no período de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97). A classificação é de perda provável. O depósito judicial efetuado pela Companhia corresponde ao valor atualizado de R\$ 5.643 (R\$ 5.467 em 2012). A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução de tal decisão será feita a conversão do valor do depósito judicial em renda em favor da União Federal. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 4.542 (R\$ 4.366 em 2012), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante. No mandato de segurança 200551010109154 a Companhia questiona a incidência da CPMF sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE (Fundos de Investimento Especialmente Constituídos e Fundos de Investimento Financeiros Especialmente Constituídos) que integra a transferência da carteira da Canadá Life, adquirida pela Companhia. A classificação é de perda possível. O depósito judicial efetuado pela Companhia corresponde ao valor atualizado de R\$ 668 (R\$ 527 em 2012). A decisão de primeira instância foi desfavorável e a Companhia apresentou recurso. Processo em segunda instância.

15.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS: Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

		31/12/2013		31/12/2012	
Cíveis	15.893			13.081	
Trabalhistas	2.658			2.069	
Fiscais	93.518			80.426	
Outros	139			128	
Total	112.208			95.704	

A composição dos depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais segue demonstrada abaixo:

		Saldo em 31/12/2012		Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2013	
Contribuição social	13.637	2.406	1.181	17.224			
COFINS	46.073	3.753	3.802	53.628			
PIS	20.189	611	1.198	21.998			
Outros	527	114	27	668			
Total	80.426	6.884	6.208	93.518			

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Icatu
SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ nº 42.283.770/0001-39

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3824-3900

21. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2013	31/12/2012
Sinistros Ocorridos	(378.288)	(575.460)
Indenizações Avisadas	(394.399)	(500.794)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	(39.718)	(33.532)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	66.927	(34.715)
Despesas com Sinistros	(11.631)	(7.627)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBL	(4.358)	(3.285)
Recuperação de Sinistros	7.566	6.543
Outras Despesas com Sinistros	(2.675)	(2.050)
Custos de Aquisição	(164.467)	(180.442)
Comissões sobre Prêmio Retido	(193.982)	(171.297)
Recuperação de Comissões	3.628	1.407
Outras Despesas de Comercialização	(628)	(21.174)
Variação Comissões Diferidas	26.515	10.622
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(105.702)	(117.427)
Despesas com Cobrança	(3.523)	(2.896)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(4.866)	(1.796)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	333	926
Despesas com Administração Apólice	(66.133)	(42.916)
Prestação de Serviço Ativo	(16.640)	(19.011)
Receitas c/ Operações Seguros	4.049	6.149
Despesas c/ Operações Seguros	(15.651)	(21.040)
Lucros Atribuídos	(226)	(36.461)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.045)	(382)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência	(576)	(784)
Despesas de Custeamento de Vendas	(348)	(651)
Prestação de Serviço Ativo	(50)	(66)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(178)	(67)
Despesas Administrativas	(151.348)	(146.989)
Pessoal Próprio	(80.340)	(73.962)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(411)	247
Serviços de Terceiros	(16.123)	(18.854)
Localização e Funcionamento	(36.208)	(34.257)
Publicidade e Propaganda	(13.205)	(14.701)
Convênio DPVAT	(2.611)	(2.921)
Outras Despesas Administrativas	(2.450)	(2.541)
Despesas com Tributos	(34.713)	(48.788)
Impostos	(3.718)	(3.788)
Reversão (Provisão) para Contingências Fiscais	-	(184)
COFINS	(23.645)	(27.706)
PIS	(4.367)	(14.562)
Taxa de Fiscalização	(2.705)	(2.365)
Outras Despesas com Tributos	(278)	(183)
Resultado Financeiro	39.047	67.901
Receitas Financeiras	513.958	644.861
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	467.976	592.680
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	31.123	40.819
Títulos de Renda Fixa	2.542	6.017
Convênio DPVAT	4.761	4.265
Outras Receitas Financeiras	7.556	1.080
Despesas Financeiras	(474.911)	(576.960)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(10.510)	(318.395)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(80.954)	(215.579)
Amortização da Provisão Técnica de Excedente Financeiro	447	320
Títulos de Renda Variável (quotas de fundos de investimento)	(370.925)	(42.112)
Títulos de Renda Fixa	(3.777)	(240)
Outras Despesas Financeiras	(9.192)	(954)

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Diretores e Acionistas da ICATU SEGUROS S.A. De acordo com o disposto na RESOLUÇÃO CNSP Nº 281, de 30/01/2013 e com base na CIRCULAR SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial da carteira de previdência complementar e de cada um dos ramos de seguro comercializados pela ICATU SEGUROS S.A., no período de 01/01/2013 a 31/12/2013. A Avaliação Atuarial foi elaborada a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de previdência e de seguro que estavam em vigor em 31/12/2013, recalculando as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nesta data base. Todo este cálculo foi realizado independentemente do recebimento de novas contribuições ou da emissão de novos prêmios. A análise demonstrou a capacidade da Seguradora em honrar a totalidade dos compromissos financeiros que terá com o pagamento de benefícios e de sinistros já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de previdência e de seguro que estavam em vigor em 31/12/2013. Os resul-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. - Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria ("o Comitê") do Grupo Icatu Seguros, formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas Icatu Capitalização S.A., Companhia Brasileira de Seguros e Previdência e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, foi estabelecido de acordo com as regras emanadas da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), especialmente a Resolução CNSP no. 118, de 22/12/2004. O Comitê atua como suporte ao Conselho de Administração e, nessa função, tem como principais atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos das empresas do Grupo, a observância das normas e regulamentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e a atuação independente e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna. **ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA:** Durante o exercício findo em 31/12/2013, as principais atividades do Comitê foram: a) Reuniões com os principais executivos das áreas de operações, sistemas, controladoria, controles internos, compliance, diretoria de pessoas, ouvidoria e auditoria interna. O Comitê realizou ainda reuniões conjuntas com a Presidência e com o Conselho de Administração, e com os auditores independentes. b) Aprovação do planejamento anual e acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela Administração das empresas para eliminação das deficiências de controles internos identificadas pela auditoria interna e pelos auditores independentes. c) Aprovação da contratação dos auditores independentes, avaliação do planejamento de auditoria relativo exercício findo em 31/12/2013 e avaliação do desempenho e da independência desses auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas a controles internos, sobre o cumprimento de dispositivos legais e registro e divulgação de informações contábeis. d) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração das empresas relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Companhia. e) Discussão com a Administração das empresas e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e compliance mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê recebeu também os Relatórios dos Auditores

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	145.485	145.485	211.875	211.875
Participação nos Lucros	(16.581)	(16.581)	(26.329)	(26.329)
Resultado antes dos Impostos	128.904	128.904	185.546	185.546
Equivalência Patrimonial	(70.214)	(70.214)	(137.904)	(137.904)
ADIÇÕES	85.592	85.592	144.036	144.036
Adição Permanente	7.319	7.319	1.768	1.768
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.366	15.366	15.695	15.695
Provisão para Excedente Técnico	8.625	8.625	54.809	54.809
Outras Provisões	12.705	12.705	12.419	12.419
Participações nos Lucros	16.581	16.581	26.329	26.329
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	24.996	24.996	33.016	33.016
EXCLUSÕES	(132.214)	(132.214)	(65.855)	(65.855)
Exclusão Permanente	(57)	(57)	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(15.695)	(15.695)	(17.117)	(17.117)
Provisão para Excedente Técnico	(9.472)	(9.472)	(13.045)	(13.045)
Outras Provisões	(57.143)	(57.143)	(9.930)	(9.930)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(23.141)	(23.141)	(16.459)	(16.459)
Participações nos Lucros	(26.706)	(26.706)	(9.304)	(9.304)
Resultado Ajustado	12.068	12.068	125.823	125.823
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	-	-	(21.153)	(26.789)
Lucro após as compensações	12.068	12.068	104.670	99.034
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(2.993)	(1.810)	(26.144)	(14.855)
Ajustes tributários de exercícios anteriores	96	-	831	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	(13.383)	(8.030)	13.492	7.188
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(1.029)	-	(718)
Despesas com IRPJ/CSLL	(16.280)	(10.869)	(11.821)	(8.385)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	12,63%	8,43%	6,37%	4,52%

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1 Venda de Investimentos: Em 17/06/2013, a Companhia assinou contrato de compra e venda de 17.294.188 ações ON da BMG Seguradora S/A. O contrato previa entre outras coisas, aprovações dos órgãos competentes e após essas aprovações a operação foi fechada com a quitação em 27/01/2014, pela Itaú BMG Participações Ltda. por conta e ordem dos compradores, mediante o depósito do montante de R\$ 47.071, gerando um lucro na venda do ativo da ordem R\$ 8.202 a ser reconhecido em 2014. **23.2 Medida Provisória 627 de 11/11/2013:** A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11/11/2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16/09/2013, alterada pela IN 1422 de 19/12/2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 01/01/2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 01/01/2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga. **Conselheiros:** Luciano Soares; Marcos Pessoa de Queiroz Falcão; Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

DIRETORIA

Diretor Presidente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga. **Diretores:** Alexandre Petrone Vilardi; Luciano Snel Corrêa; Márcio Santiago Câmara; Mário José Gonzaga Petrelli.

Contador: Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/O-5. **Atuário:** Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064.

tados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de data base 31/12/2013 da ICATU SEGUROS S.A. estão adequadas à realidade da Seguradora e foram calculadas de acordo com as metodologias constantes das Notas Técnicas Atuariais encaminhadas à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados ou conforme metodologia prevista nas normas vigentes, não havendo necessidade de adequação ou ajustes de valores e nenhuma situação relevante que comprometa a sua solvência atuarial.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014.

LUCIANA DA SILVA BASTOS

Superintendente Atuarial - MIBA nº 1.064

ICATU SEGUROS S.A.

Alexandre Petrone Vilardi - Luciano Snel Corrêa

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador - CRC 1SP-138600/O-7

Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas, elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No uso de suas atribuições e observando o disposto na Resolução CNSP no. 118/2004 e no seu Regimento Interno, o Comitê expressa o seguinte resultado de seu trabalho: O sistema de controles internos do Grupo Icatu Seguros está estruturado para propiciar a efetividade de suas operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância de normas internas e externas. Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes e pela auditoria interna atendem aos objetivos a que se destinam. Os trabalhos apresentados pela auditoria interna estão em consonância com o planejamento aprovado pelo Comitê. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e tomou conhecimento dos relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas referentes ao exercício findo em 31/12/2013, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. **CONCLUSÃO:** Com base no resultado do trabalho desenvolvido diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas revisões e avaliações acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais auditadas da Icatu Seguros S.A., da Icatu Capitalização S.A., da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência e da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31/12/2013.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

José M. Matos Nicolau
Presidente do Comitê

José Rubens Alonso
Membro do Comitê

John Peter Richard James
Membro do Comitê